



EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA

PROVA OBJETIVA – TARDE

ADVOGADO

NÍVEL SUPERIOR TIPO 2 – VERDE



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **70 (setenta)** questões objetivas, e **1 (uma)** questão Discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

Em todas as frases a seguir foram feitas inferências; assinale a opção que apresenta a frase em que a inferência indicada **não** é adequada.

- (A) Fazer política é tão perigoso quanto fazer guerra. Só que na guerra a gente morre apenas uma vez. / Na política “se morre” várias vezes.
- (B) Em política até raiva é combinada. / Combinam-se muitas outras coisas na política.
- (C) A paz é uma trégua para a guerra. / O mundo vive mergulhado em guerras.
- (D) Um plano político que não pode ser mudado não presta. / A vida política requer obediência aos planos traçados.
- (E) A arte da política consiste em manter o fraseado sem falar da verdadeira questão. / A arte da política emprega o disfarce e a hipocrisia.

2

Leia o texto a seguir.

Não há dúvida de que nosso currículo escolar está defasado, obrigando professores e alunos a estudarem temas completamente distantes de nossas necessidades culturais; essa foi uma das conclusões a que chegou o “Congresso Escolar: suas necessidades”, recomendando uma urgente atualização, o que traria o aumento de motivação por parte dos alunos.

Sobre esse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Trata-se de texto argumentativo, cuja tese é a de que o currículo escolar está defasado e necessitando de mudanças.
- (B) Exemplifica um texto argumentativo que apresenta uma tese sem o apoio de argumentos.
- (C) Mostra uma tese apoiada em uma opinião (e não uma certeza) por parte do argumentador.
- (D) Apresenta um texto argumentativo misturado a um texto narrativo.
- (E) Traz uma tese que se opõe a uma outra também enunciada no texto.

3

Assinale a opção que apresenta a frase que está integralmente redigida em forma gramaticalmente correta.

- (A) Presume-se toda pessoa boa até prova em contrário.
- (B) Guerra é uma série de catástrofes que podem resultar numa vitória.
- (C) Muitas vezes damos ao inimigo os meios para nos destruírem.
- (D) Tem poder aquele quem a multidão confia.
- (E) Guerra implica em baixas.

4

Assinale a opção que apresenta a frase que pode ser citada como exemplo de texto narrativo.

- (A) Quem não quiser pagar o pedágio, pega a estrada e volta.
- (B) Um rico saudita começou uma coleção de miniaturas. Recentemente adquiriu Dubai e Kuwait.
- (C) O Brasil iniciou ontem um novo processo de pesquisa petrolífera em mar aberto.
- (D) Como dizem os antigos, nenhuma amizade termina por razões econômicas.
- (E) Mais valem quinhentos reais na mão que dois mil reais em investimentos.

5

Assinale a opção que indica a frase em que a comparação feita é acompanhada de uma explicação dessa comparação.

- (A) Administrar a Argentina é como dançar com a mulher mais feia do salão.
- (B) Nenhum candidato pode lutar contra a globalização. Seria como lutar contra o clima.
- (C) Tratados, vejam vocês, são como garotas e rosas.
- (D) É uma junção estranha, como o cruzamento de cavalo com vaca.
- (E) Democracia é como nadar. Aprende-se praticando.

6

Assinale a frase em que está presente a alusão a um outro texto bastante conhecido.

- (A) Será que as nossas filigranas jurídicas têm razões que a razão do interesse público desconhece.
- (B) Se o direito adquirido fosse absoluto, a escravidão não teria acabado.
- (C) Governar é fazer das cidades redutos de solidariedade.
- (D) Homens e regimes são julgados pela herança que deixam.
- (E) Nossa Constituição é uma mistura de dicionário de utopias e regulamentação minuciosa de efêmero.

7

Observe o seguinte texto argumentativo:

Culpar o Banco Mundial pela pobreza é como culpar a Cruz Vermelha pelas duas guerras mundiais.

Nesse caso, o argumento utilizado apela para

- (A) a redução do problema para uma causa única.
- (B) uma simplificação exagerada.
- (C) uma comparação absurda.
- (D) a autoridade do enunciador.
- (E) uma opinião pessoal apoiada em exemplo.

8

As opções a seguir apresentam frases em que ocorre a presença de um pronome pessoal referindo-se a um termo anterior, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Existem leis, mas não quem as proteja.
- (B) Aprenda com as massas; depois, ensine-as.
- (C) Façamos a revolução antes que o povo a faça.
- (D) Ganhar uma batalha é crer que a ganhou.
- (E) Todos desejam a que é mais desejada.

9

Leia o texto descritivo a seguir.

A loja de artesanato ficava em local privilegiado: diante de uma igreja muito visitada por turistas, com um amplo espaço gramado, a fachada da loja mostrava traços coloniais, como tudo no local. Dentro da loja, havia principalmente objetos de madeira descolorida, para dar impressão de velhos, e alguma esculturas em pedra sabão.

Sobre esse trecho descritivo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O observador está imóvel, enquanto o objeto se mostra em movimento.
- (B) O observador e o objeto da descrição estão imóveis.
- (C) A descrição é de caráter técnico, com termos específicos de uma área de conhecimento.
- (D) O observador está em movimento, enquanto o objeto descrito está imóvel.
- (E) O texto mostra somente aspectos positivos dos objetos descritos.

10

Um dos empregos mais frequentes dos pronomes possessivos é sua utilização para dar ideia de posse de algo.

Assinale a opção que apresenta a frase que exemplifica esse uso.

- (A) Um estadista é um homem calmo que conta suas mentiras por rotina.
- (B) Se sua causa é boa, faça um acordo; se é má, promova um pleito.
- (C) Uma dorme comigo, e a outra me pariu. É mais do que justo contratar minha mulher e minha mãe.
- (D) Quanto à minha reeleição, é um sonho impossível.
- (E) Quem ama o mundo como sua casa merece confiança para governar um império.

Língua Inglesa

Read Text I and answer the five questions that follow it:

Text I

Energy Transition in a Transnational World

Within the sphere of environmental law, the climate crisis is increasingly understood to be an intersectional challenge that implicates and exacerbates existing systemic challenges and prevailing pathways of inequality. From this vantage point climate change also creates opportunities for rethinking the role of law in limiting the destructive impacts of climate change and moving towards a more sustainable and equitable world in the process. This view is advanced by the climate justice movement, which is swelling in influence worldwide. Drawing from the environmental justice movement, the climate justice movement exposes not only how social and economic inequality has led to and perpetuates patterns of climate change, but also how climate change deepens inequality by disproportionately affecting the most vulnerable members of society. Climate justice seeks greater emphasis on this issue and advocates on the part of those most affected by climate change. The movement envisions a world which simultaneously curtails the negative effects of climate change and reshapes existing social, political, and economic relationships along the way.

Amidst the overlapping crises of modern times, the modern climate justice movement is reviving dialogue at the intersection of feminism, environmentalism, social and economic justice, and other progressive law reform movements, as well as creating the space and momentum for intersectional ideas to flourish. For lawyers and legal scholars, the opportunity is to see climate change and environmental degradation within its broader social context and to seize upon the rule of law as a powerful tool for change.

Nowhere are these intersecting challenges as acute as in the context of energy. One of the principal aims of the climate justice movement is to achieve a just and equitable transition from an extractive economy to a regenerative economy. This requires transitioning from fossil fuel-dependent to low and zero-carbon economies. However, the pathways for overhauling energy systems worldwide remain indeterminate. Energy systems are evolving in response to a combination of law and policy changes, developments in energy technologies, and market forces. Moreover, given both the entrenched nature of fossil fuel economies and the varied social, political, economic, and environmental factors that shape energy transition, pathways to decarbonization are bound to be beset with complex trade-offs, such as those between energy security and environmental

objectives, or between energy choice and economies of scale. The precise contours of these systemic changes vary from country to country, and remain under-explored both within their national contexts and from a broader transnational perspective. This knowledge gap is critical. Understanding how, why, and to what end states are restructuring their energy economies is essential for transitioning to more environmentally sustainable and just societies worldwide. In short, this is an area in need of experimentation and iterative learning. It is a subject ripe for greater scholarly focus, particularly at the transnational level, where improved learning and sharing is indispensable for achieving the global-level shifts needed to address climate change.

Adapted from: Etty, Thijs et al. "Energy Transition in a Transnational World." *Transnational Environmental Law* 10.2 (2021): 197–204. Available at <https://www.cambridge.org/core/journals/transnational-environmental-law/article/energy-transition-in-a-transnational-world/9F9D4229588B39C0E5916DFBE82EA046>

11

Analyse the statements below based on the text.

- I. Climate justice supports the view that populations in disadvantage are impervious to the effects of climate change.
- II. Efforts to link up with different movements are being expended by modern climate justice.
- III. A keen understanding of how to revamp energy systems on a global scale has been achieved.

Choose the correct answer:

- (A) Only I is correct.
- (B) Only II is correct.
- (C) Only III is correct.
- (D) Both I and II are correct.
- (E) Both II and III are correct.

12

The text concludes by stating that studies in the area are

- (A) timely.
- (B) flawless.
- (C) exhaustive.
- (D) dispensable.
- (E) overwhelming.

13

According to the text, the influence of climate justice movement at present is

- (A) ebbing.
- (B) waning.
- (C) stalling.
- (D) mounting.
- (E) dwindling.

14

The verb in "curtails the negative effects" (1st paragraph) means to

- (A) cut back.
- (B) carry out.
- (C) bring about.
- (D) put up with.
- (E) look down on.

15

When the authors mention “both the entrenched nature of fossil fuel economies and the varied social, political, economic, and environmental factors” (3rd paragraph), they imply the exchanges aiming at decarbonization may be

- (A) straightforward.
- (B) undemanding.
- (C) clearcut.
- (D) smooth.
- (E) knotty.

Read Text I and answer the five questions that follow it:

Text II

Examining the fluff that frustrates northern China

Like most blizzards, it begins with just a few white wisps swirling about. Gradually the volume increases and the stuff starts to accumulate on the ground. During the heaviest downfalls the air is so thick with it as to impair visibility. But this is no winter scene. It is what happens every April across much of northern China, when poplar trees start giving off their cotton-like seed-pods.

The phenomenon has already begun in Beijing. On April 8th an eddy of fluff balls wafted around the American treasury secretary, Janet Yellen, as she held a press conference in an embassy garden.

To call this a nuisance is an understatement. In many people the fluff triggers allergies, asthma and other respiratory problems. Experts say the white balls—produced by the trees’ catkins—are not themselves allergenic, but that they distribute irritating pollen.

They also clog rain gutters, drain pipes and car radiators. Worse, they pose a fire hazard. Officials have warned that the fuzz balls have a low ignition point and called for extreme caution on the part of smokers, welders or anyone inclined to burn them “out of curiosity”.

China’s catkin problem is the unintended consequence of an old effort to improve the environment. Intensive tree planting began in the 1950s with the aim of ending the scourge of sandstorms caused by winds sweeping out of barren areas. The trees were also meant to firm up the soil and slow desertification. Poplar trees, along with willows, were selected because they are cheap, fast-growing and drought-resistant.

In some ways the plan worked. Today sandstorms are less severe and the threat of desertification has faded. But the annual onslaught from catkins is another legacy. Female trees are the cotton-ball culprits. There are millions of them (poplar and willow) in Beijing alone.

Authorities have sought to mitigate the mess. The simplest way is to spray water on the trees, turning the fluffy flyers into damp squibs. More advanced solutions involve “birth control”, or injecting female trees with chemicals that suppress catkin production. Another option is “gender-reassignment surgery”, in which branches on female trees are cut and replaced with male grafts.

But experts say that these efforts will take time. The good news is that the flurries of poplar fluff will only last for a few more weeks. The bad news is that wafts of willow fluff will then begin.

From: <https://www.economist.com/china/2024/04/18/examining-the-fluff-that-frustrates-northern-china>

16

Based on the text, mark the statements below as TRUE (T) or FALSE (F).

- () Willows and poplar trees are unsuitable to withstand extended dry periods.
- () All possible outcomes of the 1950s environmental plans were widely predicted.
- () Biological interventions are among the measures being considered to control the catkin problem.

The statements are, respectively,

- (A) T – F – T.
- (B) F – T – T.
- (C) F – F – T.
- (D) F – T – F.
- (E) T – T – F.

17

The phrase “the scourge of sandstorms” (5th paragraph) leads to the understanding that sandstorms are a(n)

- (A) revenge.
- (B) relief.
- (C) boon.
- (D) bane.
- (E) gift.

18

In the last paragraph, the author observes the phenomenon is

- (A) random.
- (B) amusing.
- (C) enviable.
- (D) forfeited.
- (E) ceaseless.

19

In “a few white wisps swirling about” (1st paragraph) the verb indicates a movement that is

- (A) anticipated.
- (B) staggering.
- (C) circular.
- (D) sharp.
- (E) jerky.

20

“To call this a nuisance is an understatement” (3rd paragraph) means that the problem is seen by the author as a

- (A) petty episode.
- (B) sizable hassle.
- (C) minor mishap.
- (D) pointless event.
- (E) fleeting incident.

Conhecimentos Específicos

21

Antônio Carlos, casado pelo regime da separação de bens com Maria Tereza, desde 10/01/2004, celebrou, em 17/04/2021, promessa irrevogável de compra e venda de imóvel residencial adquirido em 15/02/2008, com Pedro Soares. Figuraram como partes: Antônio Carlos, na qualidade de promitente vendedor; e, Pedro Soares, na qualidade de promitente comprador. Maria Tereza não participou da avença e nem consentiu com o contrato.

O referido contrato previa o preço do imóvel, a forma de pagamento, o prazo para celebração do contrato definitivo e, também, por cláusula específica, assegurava a Antônio Carlos o direito de reaver o imóvel, objeto do contrato, no prazo de 3 (três) anos, mediante a restituição do preço e o pagamento das demais despesas.

Em 30/04/2021, nos termos da promessa, foi integralizado o pagamento e lavrada a escritura. Em 15/03/2024, Antônio Carlos notifica Pedro Soares, informando sua intenção de executar a referida cláusula específica do contrato. Pedro Soares se recusa a receber o valor e informa que, como a referida cláusula não constou da escritura definitiva, Antônio Carlos havia renunciado a tal direito.

Diante da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contrato celebrado em 17/04/2021 é válido e eficaz, independentemente do consentimento de Maria Tereza, mas Antônio Carlos não pode exigir a execução da cláusula específica, pois não foi reproduzida na escritura definitiva.
- (B) O contrato celebrado em 17/04/2021 é válido, porém relativamente ineficaz em razão da ausência de consentimento de Maria Tereza, e Antônio Carlos não pode exigir a execução da cláusula específica, pois operou-se renúncia tácita.
- (C) O contrato celebrado em 17/04/2021 é inválido em razão da ausência de consentimento de Maria Tereza, tornando-se irrelevante a discussão acerca da cláusula específica.
- (D) O contrato celebrado em 17/04/2021, independentemente de registro público, vincula ambos os contratantes de forma recíproca e irrevogável às obrigações estabelecidas, razão pela qual, Antônio Carlos tem o direito de reaver o imóvel.
- (E) O contrato celebrado em 17/04/2021 tem força obrigatória e eficácia vinculativa, mas a omissão da cláusula específica na escritura definitiva, representa renúncia tácita, não sendo mais possível a sua exigibilidade.

22

Sebastião Alves, comerciante, com objetivo de ampliar seus negócios, celebra dois contratos com o Banco XYZ.

O primeiro acordo é um mútuo hipotecário, com uma cláusula que permite ao Banco XYZ assumir a posse do imóvel se três parcelas não forem quitadas. O segundo contrato tem como objetivo assegurar a compra de maquinário para uma de suas empresas através de alienação fiduciária.

Sobre a hipótese narrada, tendo como base o estudo das garantias, assinale a afirmativa correta.

- (A) A cláusula, que permite ao Banco XYZ a aquisição do imóvel hipotecado em caso de inadimplemento, é nula.
- (B) Na alienação fiduciária, o devedor fiduciante possui a propriedade resolúvel do bem, tendo o credor a posse indireta.
- (C) Na atualidade, só se admite a hipoteca legal, devendo as partes pactuar o contrato de administração fiduciária de garantia.
- (D) A mora do devedor na alienação fiduciária é considerada como *ex persona*, devendo haver a interpelação judicial ou extrajudicial.
- (E) A propriedade fiduciária é constituída por meio do contrato de mútuo com cláusula de hipoteca ou anticrese.

23

Ângela Moreira, advogada, solteira, proprietária do imóvel residencial sito à Rua das Flores, número 123, bairro Primavera, RJ, na qualidade de locadora, celebrou contrato de locação do referido imóvel com Carmen Dias, servidora pública, em união estável com Ricardo, médico, na qualidade de locatária, pelo prazo de 30 meses. O respectivo contrato foi averbado junto à matrícula do imóvel. Ricardo, no 15º mês de vigência, notificou Ângela Moreira, informando o falecimento de Carmen Dias e a continuidade do contrato.

Poucas semanas após a notificação, Ângela Moreira vende o imóvel para Lucas Souza, empresário. Na sequência, notifica Ricardo sobre a venda do imóvel e do prazo de 90 dias para a desocupação. Ricardo, em resposta, informa que não deixará o imóvel no prazo indicado, pois o contrato ainda está em vigência e, também, porque não lhe foi assegurado o direito de preferência para a compra. Ângela Moreira contra-argumenta, afirmando que a morte de Carmen Dias promoveu a extinção automática do contrato e que, Ricardo não tem direito algum de preferência, visto que ele nunca integrou a relação locatícia.

Diante da situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Com a morte de Carmen Cruz, a locação é transmitida para Ricardo, que poderá permanecer no imóvel até o término de sua vigência, mas não há que se falar em direito de preferência.
- (B) Dada a natureza do contrato, com a morte de Carmen Cruz, operou-se a extinção, razão pela qual Ricardo deverá desocupar o imóvel.
- (C) Independentemente da morte de Carmen Cruz, a venda de imóvel a terceiro é causa de extinção do contrato.
- (D) Com a morte de Carmen Cruz, a locação é transmitida para Ricardo, que se sub-rogará em todos os direitos e obrigações do contrato.
- (E) Ricardo, desejando adquirir o imóvel, poderá depositar o preço e demais despesas do ato de transferência em até seis meses, mas não poderá reclamar perdas e danos de Ângela Moreira.

24

Eduardo, proprietário de um imóvel comercial localizado no Centro do Município do Rio de Janeiro, celebrou, em 2021, contrato de locação com Simone, pelo prazo de vinte e quatro meses, para exploração de uma cafeteria no local. Depois do vencimento do prazo, a locação continuou ordinariamente.

Para a efetivação do pacto, Mônica, Lúcia e Patrícia, que são sócias minoritárias na cafeteria, participaram na condição de fiadoras. Como consequência de uma crise financeira, a locatária tornou-se inadimplente nos últimos meses.

Assim, Eduardo procurou um renomado escritório de advocacia especializado em Direito Imobiliário, informando que Mônica é a única casada pelo regime da comunhão parcial de bens com Márcio e que Simone foi contra a presença de Patrícia como fiadora.

Diante da situação hipotética, com base no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) Caso ocorra aditamento no contrato de locação, as fiadoras respondem independentemente de nova anuência.
- (B) A fiança recíproca, que vem a ser a prestada por um dos fiadores em relação aos demais, é inadmissível no Direito brasileiro.
- (C) A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges constitui mera irregularidade, não afetando a eficácia da garantia.
- (D) Na fiança prestada por um dos sócios, a sua retirada da sociedade implica na exoneração automática da fiança.
- (E) Ainda contra a vontade do devedor, pode ser estipulada a fiança, desde que haja concordância entre credor e fiador.

25

José Antônio Cunha, profissional liberal, pretendendo adquirir um automóvel, celebrou contrato de financiamento com a instituição financeira *Mais Crédito* e, como garantia da obrigação contratada, alienou fiduciariamente o bem ao credor.

José Antônio adimplia pontualmente as prestações pactuadas, mas a partir da sexta parcela, em razão de uma série de adversidades e dificuldades que passou a enfrentar, deixou de efetuar as demais parcelas, além de ter se mudado, passando a residir junto com seu irmão.

Diante do inadimplemento, a *Mais Crédito* enviou comunicação inequívoca para o endereço constante do contrato celebrado entre as partes, notificando José Antônio para o pagamento da dívida. A referida comunicação foi assinada pelo porteiro do prédio em que José Antônio residia antes da mudança para a casa do seu irmão.

Sobre a situação hipotética narrada, analise as afirmativas a seguir.

- I. A *Mais Crédito* poderá propor a ação de busca e apreensão, mas não poderá requerer liminar, pois a notificação para comprovação da constituição em mora foi assinada por terceiro, estranho à relação contratual.
- II. A *Mais Crédito* poderá propor a ação de busca e apreensão e fará jus à liminar porque enviou a notificação para o endereço do devedor constante do contrato, ainda que não tenha sido recebida pessoalmente por ele.
- III. A notificação encaminhada para o endereço constante do contrato, é suficiente para a constituição da mora, ainda que José Antônio Cunha não a tenha recebido pessoalmente.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

26

A sociedade empresária brasileira XYZ, com sede em Araraquara, São Paulo, celebrou contrato com a *Singapore Enterprises and Services* com objetivo da prestação de serviços em Hyderabad, na Índia. Após a proposta feita pela *Singapore*, a sociedade empresária brasileira assumiu o compromisso do serviço.

Em relação à situação hipotética, com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) A qualificação das obrigações de fazer é regida pela lei do país do tomador de serviço.
- (B) Como a obrigação assumida pela empresa XYZ é resultante do contrato, reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.
- (C) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o aceitante.
- (D) Caso a obrigação fosse executada no Brasil e dependendo de forma essencial, deve ser observada a lei estrangeira em relação aos requisitos intrínsecos do ato.
- (E) Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país da sede, filial ou sucursal do aceitante.

27

João, Regina e Denise debatiam acerca do processo nos tribunais, com ênfase nos incidentes processuais lá cabíveis.

Inicialmente, João afirmou que o incidente de arguição de inconstitucionalidade não será instaurado se já houver pronunciamento do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

Por sua vez, Regina aduziu que o incidente de resolução de demandas repetitivas poderá ser instaurado pelo juiz ou pelo relator, por ofício.

Por fim, Denise indicou que o incidente de assunção de competência é admissível quando o julgamento do recurso envolver relevante questão de fato, com grande repercussão social e sem repetição em múltiplos processos.

Acerca do caso acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) João, Regina e Denise estão certos em suas afirmações.
- (B) João e Denise estão certos em suas afirmações, enquanto Regina está errada em sua afirmação.
- (C) João, Regina e Denise estão errados em suas afirmações.
- (D) João e Regina estão certos em suas afirmações, enquanto Denise está errada em sua afirmação.
- (E) João está errado em sua afirmação, enquanto Regina e Denise estão certas em suas afirmações.

28

João é réu em ação por ato de improbidade administrativa proposta pelo Município *Alfa*, no qual atuou como Secretário de Saúde.

O Ministério Público, autor da ação, imputou-lhe a prática de ato que, alegada e simultaneamente, causou o enriquecimento ilícito de João e violou princípios da Administração Pública, consistente na alienação de bem público sem a observância das cautelas legais. Depois de ser citado, por meio de seu advogado particular, João interpôs agravo de instrumento, pugnando pelo reconhecimento da inépcia da petição inicial e extinção do processo sem resolução do mérito, o qual não foi conhecido pelo Tribunal de Justiça do Estado *Beta*.

Após regular tramitação do feito, o Juízo, entendendo que o ato imputado a João, em verdade, gerou prejuízo ao erário, condenou o réu a efetuar o ressarcimento ao erário dos valores que causou desfalque, ao pagamento de multa civil e à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Sobre o caso acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) Diante do princípio do *iura novit curia*, não há nulidade decorrente da condenação de João em tipo diverso daquele indicado pelo Ministério Público em sua petição inicial.
- (B) O Tribunal de Justiça acertou ao não conhecer o agravo de instrumento interposto por João, eis que não cabível na hipótese, ante o rol taxativo de cabimento do agravo no Código de Processo Civil.
- (C) A sentença condenatória de João não estará sujeita ao reexame necessário, por expressa disposição da Lei de Improbidade Administrativa.
- (D) O Ministério Público não tem o ônus de individualizar as condutas de João para fins de sua tipificação nas disposições da Lei nº 8.429/1992.
- (E) Ao invés de ser defendido por seu advogado particular, João poderia ter solicitado à assessoria jurídica do Município *Alfa* que patrocinasse sua defesa, sendo certo que essa ficaria obrigada a defendê-lo judicialmente.

29

A relação entre ações é fenômeno processual com eventual aptidão para modificar a competência.

A respeito do assunto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A conexão entre duas ou mais ações se dá, quando há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- (B) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, mesmo se um deles já houver sido sentenciado.
- (C) A competência absoluta poderá modificar-se pela conexão ou pela continência.
- (D) O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.
- (E) Os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, caso decididos separadamente, serão reunidos para julgamento conjunto, desde que haja conexão entre eles.

30

Joana Transportes S/A, concessionária de transporte público de passageiros, ajuizou ação de procedimento comum em face do Município *Beta*, poder concedente, com pedido de tutela de urgência, requerendo a rescisão do contrato de concessão e a condenação ao pagamento de indenização a título de danos materiais, fundamentando-se na inadimplência do Município em efetuar investimentos contratualmente previstos de sua responsabilidade.

O juízo de primeira instância concedeu a tutela, decretando a rescisão contratual e imediata reversão do serviço em favor do poder concedente, para execução direta do serviço.

Ato contínuo, o Município *Beta* requereu a suspensão da execução da tutela de urgência, o que foi deferido pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado *Alfa*, e interpôs agravo de instrumento em face da mesma decisão. Tal recurso foi conhecido e desprovido.

Em sede de sentença, o Juízo julgou procedente o pedido, confirmando a tutela de urgência e condenando o Município *Beta* ao pagamento de indenização a título de danos materiais, a ser apurado em sede de liquidação de sentença.

Na sequência, o Município *Beta* interpôs recurso de apelação, o qual foi conhecido e desprovido pela X Câmara Cível do Estado *Alfa*. Ainda inconformado, o Município interpôs recurso especial, fundamentando-se na existência de dissídio jurisprudencial sobre o tema.

Tomando o caso acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) A suspensão da execução da medida liminar, pelo Tribunal de Justiça, retirou o interesse processual do Município em interpor agravo de instrumento em face da mesma decisão.
- (B) Em razão do efeito meramente devolutivo do recurso especial, *Joana Transportes S/A* poderá requerer o cumprimento definitivo de sentença em face do Município desde logo, inclusive com expedição de precatório.
- (C) Se o relator no STJ entender que o recurso versa sobre matéria constitucional, deverá liminarmente não conhecer do recurso especial.
- (D) Eventual reforma da decisão de decisão de tutela de urgência imporia à *Joana Transportes S/A* o dever de ressarcir os prejuízos sofridos pelo Município em razão da decisão, desde que provado dolo ou culpa em sua atuação.
- (E) Cabe ao Município fazer prova da divergência jurisprudencial em seu recurso especial, devendo mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

31

A Petrobras S/A, sociedade de economia mista federal, ajuizou ação de cobrança em face da *Guindastes Gigantes Ltda*, requerendo sua condenação ao pagamento de valores por serviços não prestados na qualidade de empresa terceirizada. O processo tramita perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Sertãozinho – SP.

Diante do elevado valor da causa, a União requereu sua intervenção no processo, juntando documentos que considerou essenciais ao deslinde da causa.

Após a superveniência de sentença de improcedência à pretensão da Petrobras, a União decidiu interpor recurso de apelação, pugnando pela reforma da sentença.

Tomando o caso acima como premissa, assinale a afirmativa correta.

- (A) Com a intervenção da União, houve a imediata remessa dos autos à Justiça Federal.
- (B) Por não haver interesse jurídico da União na causa, o pedido de intervenção deveria ter sido indeferido liminarmente pela justiça estadual.
- (C) A interposição de recurso de apelação, pela União, promoverá o deslocamento da causa para a Justiça Federal.
- (D) Em razão de a intervenção da União não estar prevista no Código de Processo Civil, o prazo para interposição de recurso de apelação pela União é simples.
- (E) A Justiça Estadual não tem competência para apreciar causas em que sociedade de economia mista federal figure como autora, razão pela qual a sentença é nula, ante a incompetência absoluta do juízo prolator.

32

Uma empresa pública municipal prestadora de serviços públicos foi condenada ao pagamento de indenização decorrente de falha na prestação do serviço, causadora de lesão a usuário, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Após o trânsito em julgado, o autor requereu o cumprimento de sentença. A empresa pública se quedou inerte. Decorrido o prazo legal para oferta de impugnação ao cumprimento de sentença, o Juízo, a requerimento do exequente, determinou a penhora *online* em contas da empresa pública municipal.

Ato contínuo, a empresa pública ajuizou reclamação perante o Supremo Tribunal Federal, alegando descumprimento à decisão da Corte, em sede de repercussão geral, sobre a impossibilidade de penhora de recursos públicos para pagamento de dívidas de natureza contratual.

Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- (A) Dado o valor da execução, o juízo deveria ter determinado a expedição de requisição de pequeno valor após a ausência de impugnação tempestiva pela empresa pública.
- (B) A reclamação deverá ser deferida liminarmente, eis que é admissível sua propositura após o trânsito em julgado da decisão reclamada, no caso, a decisão condenatória.
- (C) O Supremo Tribunal Federal poderá admitir a reclamação ainda que não haja aderência estrita entre a decisão reclamada e a tese firmada pela Corte.
- (D) Eventual interposição de agravo de instrumento não prejudica nem condiciona a reclamação proposta pela empresa pública municipal.
- (E) Ao determinar a penhora *online*, o juízo extinguiu a execução, motivo pelo qual o recurso cabível em face da decisão é a apelação, sem efeito suspensivo.

33

Determinado legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) em face da Lei estadual nº X, que não estava produzindo efeitos, sendo, portanto, ineficaz, o que decorria da sistemática normativa. Para tanto, utilizou como paradigma de confronto uma norma constitucional de eficácia limitada.

Ao serem solicitadas as informações de estilo, os órgãos responsáveis pela edição da Lei estadual nº X defenderam que esses dois aspectos obstavam o seu conhecimento.

Considerando o atual estágio de desenvolvimento do controle de constitucionalidade na realidade brasileira, assinale a afirmativa correta.

- (A) O fato de a Lei estadual nº X ser destituída de eficácia só obstará o conhecimento da ADI se não estiver em *vacatio legis*.
- (B) Nem a ineficácia da lei estadual nº X nem a utilização, como paradigma de confronto, de norma constitucional de eficácia limitada obstam o conhecimento da ADI.
- (C) Como a norma constitucional utilizada como paradigma de confronto carece de integração pela legislação infraconstitucional, a ADI não pode ser conhecida.
- (D) Somente é possível a fixação de interpretação conforme a Constituição ou a declaração de nulidade sem redução de texto, tendo a decisão eficácia diferida, para o momento em que se aperfeiçoar a eficácia da Lei estadual nº X.
- (E) A ineficácia da Lei estadual nº X afasta o interesse de agir na ADI, mas a utilização de norma constitucional de eficácia limitada não configuraria óbice ao referido conhecimento, considerando os efeitos que esta última norma produz.

34

Após um golpe de Estado no âmbito do país *Alfa*, foi adotada uma nova Constituição, devidamente discutida e aprovada por uma Assembleia Nacional Constituinte, formada com estrita observância dos princípios democráticos.

O texto assim adotado veiculava práticas avançadas e exitosas em outras partes do mundo, sendo muito elogiável em uma perspectiva dogmática. No entanto, apesar de avançado, apresentava um profundo distanciamento em relação à base de valores, ao tradicional funcionamento das instituições e à forma de articulação do processo político, o que levou à permanente inobservância dos seus contornos estruturais.

Assinale a opção que indica, corretamente, como a Constituição do país *Alfa* deve ser classificada.

- (A) Nominal.
- (B) Cesarista.
- (C) Normativa.
- (D) Semântica.
- (E) Compromissória.

35

O Presidente da República editou a Medida Provisória nº X (MPX), com o objetivo de complementar as dotações orçamentárias necessárias a custear determinada política pública de viés assistencial, considerando a insuficiência das dotações existentes. Acresça-se que a MPX foi editada em momento no qual se encontrava em tramitação na Câmara dos Deputados projeto de lei versando sobre idêntica temática.

Como a MPX não foi apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrou em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, vindo a ser aprovada antes do decurso do prazo total de cento e vinte dias, isto sem qualquer alteração. Desse processo legislativo resultou a Lei nº Y, promulgada no âmbito do Congresso Nacional.

Em relação a essa narrativa, à luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não há qualquer irregularidade.
- (B) Somente apresenta irregularidade em relação ao objeto da MPX.
- (C) Somente apresenta irregularidade em relação à promulgação da Lei nº Y.
- (D) Somente apresenta irregularidade em relação à adoção do regime de urgência.
- (E) Somente apresenta irregularidade em relação ao momento em que a MPX foi editada.

36

Antônio, que atuava no setor de controle interno da empresa pública federal *Alfa*, ao analisar a gestão orçamentária e financeira no âmbito desse ente da Administração Pública indireta, constatou que os resultados obtidos, na perspectiva do seu potencial transformador da realidade e na sua realização da melhor maneira possível, com menor dispêndio de recursos materiais e humanos, não foram proporcionais às despesas realizadas, que foram excessivas.

Ao verificar a análise realizada por Antônio, seu superior hierárquico concluiu corretamente que, na perspectiva da Constituição da República,

- (A) cabe ao controle interno, sujeito ao princípio hierárquico, analisar a legalidade da despesa, não os aspectos avaliados por Antônio.
- (B) deve dar ciência, ao Tribunal de Contas da União, do que foi constatado por Antônio, sob pena de ser responsabilizado de modo solidário.
- (C) deve conceder o apoio necessário, ao Tribunal de Contas da União, para que seus órgãos tenham acesso à avaliação de Antônio, caso seja realizada uma inspeção ou correição.
- (D) deve editar ato normativo interno, de caráter vinculante, elaborado consoante as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União, para o aperfeiçoamento da eficácia e da eficiência da atuação estatal.
- (E) deve comunicar à autoridade máxima da empresa pública a avaliação realizada por Antônio, de modo que possa ser aperfeiçoado o ciclo de realização da despesa pública, considerando os objetivos almejados e os resultados obtidos.

37

A Emenda Constitucional nº X inseriu a previsão de um direito social na Constituição da República, o qual seria fruído individualmente e carecia de integração pela legislação infraconstitucional.

Em razão da inércia dos órgãos federais competentes na regulamentação do comando constitucional, a entidade de classe *Alfa*, constituída e em pleno e contínuo funcionamento há uma década, impetrou *mandado de injunção coletivo* para que fosse assegurada a fruição do referido direito pela totalidade dos seus associados. O pedido foi julgado procedente pelo órgão jurisdicional competente, sendo estabelecidas as condições em que se daria o exercício do direito. O acórdão transitou em julgado. Em momento posterior, Maria, que não era associada a *Alfa*, desejava ser alcançada pelos efeitos do referido acórdão.

Em relação a essa narrativa, à luz da sistemática vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os efeitos do acórdão proferido em sede de mandado de injunção coletivo devem necessariamente de estender a todos, inclusive Maria.
- (B) A coisa julgada, no mandado de injunção coletivo, é limitada às pessoas integrantes da coletividade, do grupo, da classe ou da categoria substituídos pelo impetrante.
- (C) Afronta a garantia constitucional do juiz natural a extensão dos limites subjetivos da coisa julgada àqueles que, como Maria, não integraram a relação processual.
- (D) Os efeitos do acórdão, transitado em julgado, proferido em sede de mandado de injunção coletivo, podem ser estendidos aos casos análogos por decisão monocrática do relator.
- (E) Os efeitos da coisa julgada, no mandado de injunção coletivo, podem ser estendidos a todos aqueles que o tenham requerido em momento anterior à prolação da decisão de mérito.

38

Após ampla mobilização de diversos segmentos políticos, nos Estados da Federação em cuja área territorial eram explorados petróleo e gás natural, foi constituído um grupo de estudo, no âmbito da União, com o objetivo de sugerir medidas de compensação financeira para esses entes federativos.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a conclusão a que o grupo chegou ao final desses estudos.

- (A) Enquanto a participação no resultado da exploração deve ser estabelecida no plano da consensualidade, as medidas de compensação devem ser impostas por lei.
- (B) Os recursos aferidos pelos entes federativos a partir desses bens da União configuram transferências voluntárias, estando sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas da União.
- (C) Os recursos aferidos pelos entes federativos a partir desses bens da União têm a natureza de receita originária, não atraindo a fiscalização do Tribunal de Contas da União.
- (D) Os recursos aferidos pelos entes federativos a partir desses bens da União configuram transferências obrigatórias, de caráter vinculado, estando sujeitos à fiscalização do Tribunal de Contas da União.
- (E) Os bens referidos, na perspectiva constitucional, ensejam um direito de propriedade híbrido, em que a gestão e a exploração são titularizados pela União, enquanto o proveito econômico gera uma titularidade compartilhada.

39

João, advogado, constatou a publicação de três acórdãos no âmbito de determinado Tribunal Regional Federal, prolatados em detrimento do seu cliente e que exauriram a respectiva instância. Esses acórdãos apresentavam, respectivamente, as características a seguir.

- 1º Denegação de mandado de segurança impetrado contra ato de Juiz Federal, havendo afronta a norma constitucional no acórdão;
 2º Foi julgada válida lei local contestada em face de lei federal; e
 3º Foi contrariado tratado internacional.

Ao analisar os recursos cabíveis e as competências do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), João concluiu corretamente que, preenchidos os demais requisitos exigidos,

- (A) no 1º, no 2º e no 3º, é cabível recurso extraordinário, de competência do STF.
 (B) no 1º e no 3º, é cabível recurso ordinário, de competência do STF; e no 2º, é cabível recurso especial, de competência do STJ.
 (C) no 1º, é cabível recurso extraordinário, de competência do STF; e no 2º e no 3º, é cabível recurso especial, de competência do STJ.
 (D) no 1º, é cabível recurso ordinário, de competência do STJ; no 2º, é cabível recurso extraordinário, de competência do STF; e no 3º, é cabível recurso especial, de competência do STJ.
 (E) no 1º, é cabível recurso extraordinário, de competência do STF; no 2º, é cabível recurso especial, de competência do STJ; e no 3º, é cabível recurso ordinário, de competência do STF.

40

Pascoal e Marie, ambos de nacionalidade francesa e que se naturalizaram brasileiros, se encontravam em território belga, a serviço de uma fábrica chinesa de conectores, quando Anne, fruto da união do casal, nasceu. Logo após o nascimento de Anne, ocorreu o cancelamento da naturalização de Pascoal e Marie por força de sentença judicial transitada em julgado.

Anne, que estava residindo na França, quando completou vinte anos de idade, foi condenada pela prática de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, mas conseguiu fugir para o território brasileiro logo em seguida, passando a nele residir em caráter permanente. Ato contínuo, foi requerida a extradição de Anne.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Anne

- (A) é brasileira nata, logo, não pode ser extraditada.
 (B) é brasileira nata e pode ser extraditada, considerando o crime praticado.
 (C) caso opte pela nacionalidade brasileira, não poderá ser extraditada.
 (D) embora seja estrangeira, não pode ser extraditada, considerando a natureza do crime praticado.
 (E) somente terá reconhecida a nacionalidade brasileira nata caso tenha sido registrada em repartição brasileira competente na Bélgica, o que obstará a extradição.

41

Em matéria de orçamento público, o anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento, integrará

- (A) a lei orçamentária anual, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes.
 (B) a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes.
 (C) o plano plurianual, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 4 (quatro) exercícios subsequentes.
 (D) a lei de diretrizes orçamentárias, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 3 (três) exercícios subsequentes.
 (E) a lei orçamentária anual, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 3 (três) exercícios subsequentes.

42

O Município *Beta* resolve fazer um plano de incentivo às demissões voluntárias para reduzir seu quadro de servidores visando à eficiência e ao corte de gastos.

Os gastos com despesa total de pessoal em relação às receitas líquidas, incluídos os desse plano,

- (A) poderão ultrapassar o percentual de 50% (cinquenta por cento), previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal com despesa total de pessoal.
 (B) não poderão ultrapassar o percentual de 60% (sessenta por cento), previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal com despesa total de pessoal.
 (C) poderão ultrapassar o percentual de 40% (quarenta por cento), previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal com despesa total de pessoal.
 (D) não poderão ultrapassar o percentual de 50% (cinquenta por cento), previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal com despesa total de pessoal.
 (E) poderão ultrapassar o percentual de 60% (sessenta por cento), previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal com gastos de pessoal.

43

A lei do orçamento deve dispor das receitas, das despesas, dos créditos suplementares, das inversões financeiras etc.

Considerando essa diversidade de conceitos, podemos afirmar que as dotações destinadas à aquisição de bens de capital já em utilização, são

- (A) inversões financeiras.
 (B) créditos suplementares.
 (C) despesas correntes.
 (D) receitas correntes.
 (E) transferências correntes.

44

No Brasil temos diversos tributos, entre impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições e empréstimos compulsórios, gerando a necessidade de atenção e atualização constante daqueles que atuam na área tributária e financeira.

A respeito da contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tem sua arrecadação vinculada a pagamento de benefícios previdenciários do Regime Geral da Previdência Social.
- (B) Pode ser usada para pagamentos de benefícios previdenciários do Regime Geral da Previdência Social e benefícios assistenciais da Seguridade Social.
- (C) Não está sendo cobrada atualmente, por ainda não ter sido regulamentada.
- (D) Passou a ser cobrada depois da Reforma da Previdência de 2019 e destina-se ao pagamento de benefícios previdenciários da Seguridade Social.
- (E) É cobrada desde antes da Reforma da Previdência de 2019, destinando-se ao pagamento de benefícios assistenciais da Seguridade Social.

45

João é empregado da sociedade empresária XYZ, a qual celebrou um contrato administrativo com o Poder Público, visando ao fornecimento de energia elétrica no Município Alfa. A entidade tornou-se, portanto, concessionária de serviço público.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que João, empregado da empresa XYZ, concessionária de serviço público do Município Alfa, é

- (A) servidor público celetista, espécie de agente público de fato necessário.
- (B) servidor público temporário, espécie de agente público de fato necessário.
- (C) particular em colaboração, espécie de agente público de fato putativo.
- (D) servidor público estatutário, espécie de agente público de direito.
- (E) particular em colaboração, espécie de agente público de direito.

46

Lucas, servidor público federal, foi instado pelo seu superior hierárquico a preparar um parecer que será utilizado no contexto de tomada de uma decisão coordenada. Desta forma, por se tratar de matéria por ele não conhecida, Lucas resolveu estudar a temática afeta às decisões coordenadas.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, analise as afirmativas a seguir.

- I. No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- II. A decisão coordenada obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência e da transparência, com utilização, sempre que necessário, da simplificação do procedimento e da concentração das instâncias decisórias.
- III. Não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos de licitação, relacionados ao poder sancionador e em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

47

A Lei nº 14.129/2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital, tem o objetivo de aumentar a eficiência pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão, no contexto dos avanços tecnológicos constantes.

Desta forma, a partir dos regramentos da Lei nº 14.129/2021, analise as afirmativas a seguir:

- I. A prestação digital dos serviços públicos deverá ocorrer por meio de tecnologias de amplo acesso pela população, inclusive pela de baixa renda ou residente em áreas rurais e isoladas, hipótese em que o atendimento presencial do cidadão se dará em casos excepcionais, devidamente fundamentados.
- II. A guarda dos documentos digitais e dos processos administrativos eletrônicos considerados de valor permanente deverá estar de acordo com as normas previstas pela instituição arquivística pública responsável por sua custódia.
- III. A administração pública de cada ente federado poderá editar estratégia de governo digital, a partir de delegação formal da União, a ser efetivada por meio de lei complementar.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.129/2021, é correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

48

Amanda, jornalista investigativa, pretende realizar um pedido de acesso à informação, de forma a embasar futura matéria que pretende veicular em jornal de grande circulação, com potenciais impactos na sociedade civil. Para tanto, a profissional resolveu analisar, detalhadamente, a legislação que versa sobre o acesso à informação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.527/2011, assinale a afirmativa correta.

- (A) Quando o acesso não for autorizado por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua apreciação.
- (B) Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades públicos, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter os motivos determinantes da solicitação.
- (C) São vedadas quaisquer exigências relativas à identificação do requerente, autorizando-se o pedido anônimo, desde que a solicitação tenha relação com informações de interesse público.
- (D) O órgão ou entidade pública deverá conceder o acesso à informação requerida, desde que não esteja sob sigilo, em até sessenta dias.
- (E) A informação armazenada em formato digital será impressa, às custas do órgão ou entidade pública, e fornecida ao requerente.

49

Em observância à Lei nº 13.303/2016, a empresa pública e a sociedade de economia mista deverão possuir, em sua estrutura societária, Comitê de Auditoria Estatutário como órgão auxiliar do Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente.

De acordo com a narrativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.
- II. O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à empresa pública ou à sociedade de economia mista, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.
- III. O Comitê de Auditoria Estatutário deverá se reunir quando necessário, no mínimo semestralmente, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, é correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

50

A sociedade empresária XYZ, que está em processo de fusão com a entidade ABC, tomou conhecimento da existência de investigação em curso, em razão da prática de atos, pela primeira, contra a Administração Pública do Estado Alfa.

Os administradores das pessoas jurídicas envolvidas na operação societária, preocupados com as repercussões decorrentes do caso, buscaram informações junto às respectivas equipes de advogados.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas na Lei Anticorrupção decorrentes de atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, exceto no caso de simulação ou evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.
- (B) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, no âmbito civil, e subjetivamente, na esfera administrativa, pelos atos lesivos previstos na Lei Anticorrupção praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- (C) A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.
- (D) A responsabilidade da pessoa jurídica, na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, subsiste.
- (E) Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.

51

A empresa pública XYZ, integrante da Administração Indireta do Estado Alfa, realizou licitação para a aquisição de bens móveis. Registre-se que não acudiram interessados no processo licitatório, muito embora a contratação seja necessária para o desenvolvimento das atividades da estatal.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.303/2016, assinale a afirmativa correta.

- (A) A realização de nova licitação pela empresa pública XYZ é dispensável, admitindo-se a contratação direta, desde que, justificadamente, a licitação não puder ser repetida sem prejuízo para a estatal, mantidas as condições preestabelecidas.
- (B) A realização de nova licitação pela empresa pública XYZ é inexigível, admitindo-se a contratação direta, desde que, justificadamente, a licitação não puder ser repetida sem prejuízo para a estatal, mantidas as condições preestabelecidas.
- (C) A realização de nova licitação pela empresa pública XYZ é inexigível, admitindo-se a contratação direta, desde que haja autorização por parte do Tribunal de Contas estadual, legitimando-se, ainda, a alteração das condições preestabelecidas.
- (D) A realização de nova licitação pela empresa pública XYZ é dispensável, admitindo-se a contratação direta, desde que haja autorização por parte do Tribunal de Contas estadual, legitimando-se, ainda, a alteração das condições preestabelecidas.
- (E) A realização de nova licitação pela empresa pública XYZ é imprescindível, porquanto a situação narrada não caracteriza hipótese de inexigibilidade ou de dispensa de licitação.

52

Uma das formas de resolução da sociedade do tipo limitada em relação a um sócio é a exclusão. Compulsando as disposições do Código Civil sobre este instituto e o tipo societário, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () O sócio minoritário pode ser excluído extrajudicialmente por deliberação representativa de mais da metade do capital social, sem necessidade de previsão de justa causa, se o contrato tiver cláusula de regência supletiva pelas normas da sociedade anônima.
- () A exclusão do sócio que teve sua falência decretada se dá por via judicial, através da ação de dissolução parcial, ou por deliberação dos sócios, ao contrário da exclusão do sócio remisso, que é extrajudicial.
- () A liquidação integral da quota do sócio para o pagamento a credor particular implica na sua exclusão de pleno direito da sociedade; a seu turno, a exclusão de sócio por incapacidade superveniente depende da propositura de ação de dissolução parcial.
- () Não é possível aos sócios minoritários excluir judicialmente sócio majoritário em razão de falta grave no cumprimento de suas obrigações, devendo ser requerida a dissolução da sociedade por impossibilidade de preenchimento do seu fim.

As afirmativas são respectivamente,

- (A) F – V – F – V.
- (B) V – V – V – F.
- (C) F – F – V – F.
- (D) V – F – V – F.
- (E) V – F – F – V.

53

Segundo as disposições da Lei nº 6.938/1981 e considerando a estruturação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
- (B) Os órgãos locais são o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes), com a finalidade de executam e fazem executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências.
- (C) A Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, como órgão central, tem a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, em âmbito federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
- (D) O órgão superior do SISNAMA é o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e na definição das diretrizes governamentais para o meio ambiente.
- (E) Os órgãos seccionais são os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental.

54

Nos termos da Constituição Federal de 1988, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Nesse contexto, o texto constitucional trouxe à baila uma série de normas relacionadas à tutela do meio ambiente ecologicamente equilibrado, verdadeiro direito fundamental de terceira geração.

De acordo com a narrativa, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- II. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- III. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei estadual, sem o que não poderão ser instaladas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

55

Em uma universidade pública, localizada no Município *Alfa*, no âmbito do Estado *Beta*, diversos alunos debateram os contornos da Lei Complementar nº 140/2011, que fixou normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Discutiu-se, ainda, sobre a necessidade de elaboração de um plano diretor, inexistente na localidade.

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 140/2011, sobre a elaboração do Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais, assinale a afirmativa correta.

- (A) É uma ação administrativa da União e do Município *Alfa*, em cooperação.
- (B) É competência da União e do Estado *Beta*, em cooperação.
- (C) É uma ação administrativa do Município *Alfa*.
- (D) É um ato administrativo da União.
- (E) É competência exclusiva do Estado *Beta*.

56

A sociedade empresária XYZ pretende desenvolver empreendimento potencialmente causador de degradação ambiental, o que torna necessário o licenciamento ambiental. Dessa forma, a entidade contratou os serviços de um especialista na matéria, afirmando que, em razão da natureza das atividades que serão executadas, não se cogita de encerramento ou modificação da operação em prazo inferior a vinte anos.

Sobre as licenças que devem ser obtidas para o desempenho regular das atividades empresariais, segundo as disposições Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, analise as afirmativas a seguir.

- I. A licença prévia, cujo prazo de validade não pode ser superior a sete anos, é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.
- II. A licença de instalação, cujo prazo de validade não pode ser superior a dez anos, autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante.
- III. A licença de operação, cujo prazo de validade será de, no mínimo, quatro anos e, no máximo, dez anos, autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

57

Considerada a importância do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para a presente e para as futuras gerações, Lucas, servidor público recém empossado em um cargo público no Ministério do Meio Ambiente, foi convocado a participar de um simpósio versando sobre o referido direito fundamental, no âmbito do qual se conferiu especial atenção aos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Segundo as disposições da Lei nº 9.433/1997, assinale a opção que indica um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos.

- (A) A adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regionais do país.
- (B) O incentivo e a promoção da captação, da preservação e do aproveitamento de águas pluviais.
- (C) A integração da gestão de recursos hídricos à gestão ambiental.
- (D) A articulação da gestão de recursos hídricos à do uso do solo.
- (E) A compensação a municípios.

58

A indústria *Beta* foi multada pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente de determinado Estado da Federação por poluir rios e colocar em risco o abastecimento de água para a população. Como não pagou a multa, foi executada judicialmente e nomeou à penhora um bem imóvel.

O Instituto Estadual, que é uma autarquia, se for do seu interesse,

- (A) poderá adjudicar o bem pelo valor da avaliação apenas até antes do leilão.
- (B) não poderá adjudicar o bem, por se tratar de bem imóvel, que deve ser objeto de desapropriação.
- (C) poderá adjudicar o bem após o leilão com licitantes, sem preferência, igualando a melhor proposta.
- (D) poderá adjudicar o bem após o leilão com licitantes, com preferência, igualando a melhor proposta.
- (E) não poderá adjudicar o bem, por se tratar de créditos não tributários.

59

A sociedade empresária *TutoVenda* falsifica um documento com o objetivo de pagar menos ICMS, sendo que a saída da mercadoria de seu estabelecimento ocorreu em 5 de abril de 2023 e o pagamento da nota fiscal, com o valor menor da operação, ocorreu em 15 de maio de 2023.

Assinale a opção que indica o prazo do Fisco Estadual para a cobrança e quando ele terá início.

- (A) O prazo será de 5 (cinco) anos / da saída da mercadoria do estabelecimento, por ter havido pagamento parcial.
- (B) O prazo será de 5 (cinco) anos / do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado por ter havido fraude, dolo ou simulação.
- (C) O prazo será de 5 (cinco) anos / do pagamento da nota fiscal com valor menor, por ter havido pagamento parcial.
- (D) O prazo será de 5 (cinco) anos / do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, por ter havido pagamento parcial.
- (E) O prazo será de 10 (dez) anos / da ocorrência do fato gerador, por se tratar de lançamento por homologação.

60

Marina de Almeida trabalha na empresa WYV, recebendo remuneração mensal de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais). Como está grávida, ela receberá o salário-maternidade.

Nesse caso, quanto à contribuição previdenciária, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ela não recolherá, por ter remuneração inferior ao teto do Regime Geral da Previdência Social.
- (B) Ela não recolherá, pela imunidade prevista na Constituição Federal para benefícios previdenciários.
- (C) Ela recolherá, como todos os benefícios previdenciários.
- (D) Ela não recolherá, por ter isenção prevista em lei.
- (E) Ela recolherá, pois a imunidade só existe para aposentadorias e pensão por morte.

61

Álvaro Souza é colecionador de obras de artes, especialmente quadros antigos e tem uma dívida inscrita em dívida ativa de Imposto sobre a Renda com a União. Ele pretende oferecer em dação em pagamento alguns desses quadros, escolhidos a seu critério, para a quitação parcial da dívida e o restante pagará em dinheiro. Os quadros oferecidos já foram inclusive avaliados.

Sobre a dação em pagamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) É possível, pois haverá quitação integral do débito.
- (B) Não é possível, pois a União só pode aceitar bens móveis que possuam valor histórico ou paisagístico, em caso de calamidade pública.
- (C) Não é possível, pois os quadros teriam que quitar integralmente o débito, sem complemento em dinheiro.
- (D) Não é possível, pois a dação em pagamento somente pode ocorrer na União, com bens imóveis.
- (E) Não é possível, pois a dação em pagamento de bens móveis só pode ser feita a critério do credor.

62

Determinado Estado da Federação aprovou uma alteração por lei da alíquota do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, no dia 20 de outubro de 2023. Nesse mesmo Estado, foi feita uma doação em 10 de janeiro de 2024.

Sobre a cobrança da nova alíquota sobre essa doação, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não poderá ser cobrada, devido à violação ao princípio da anterioridade nonagesimal.
- (B) Poderá ser cobrada, pois só existe necessidade de respeito ao princípio da anterioridade anual.
- (C) Poderá ser cobrada, porque os impostos estaduais não precisam respeitar as anterioridades anuais e nonagesimais.
- (D) Poderá ser cobrada, porque os impostos estaduais só precisam respeitar a anterioridade nonagesimal.
- (E) Poderá ser cobrada, pois os impostos estaduais só precisam respeitar a anterioridade anual.

63

As irmãs Miriam, Luciana e Monica trabalham na mesma sociedade empresária e suas carteiras profissionais foram assinadas.

As irmãs exercem funções diferentes e seus salários foram calculados da seguinte forma:

- I. Miriam recebe o seu salário pela multiplicação de um valor fixo em relação à quantidade de horas que trabalha no mês (é empregada horista);
- II. Luciana recebe seu salário pela multiplicação de um valor fixo pela quantidade de dias trabalhados no mês (é empregada diarista); e
- III. Mônica auferirá salário de acordo com um percentual de comissão incidente sobre as vendas que realiza mensalmente (é comissionista puro).

Assinale a opção que, de acordo com a norma de regência, indica corretamente as funcionárias que terão o repouso semanal remunerado calculado e pago separadamente em seu contracheque, haja vista não estar incluído no salário.

- (A) Miriam, apenas.
- (B) Miriam e Luciana, apenas.
- (C) Miriam e Mônica, apenas.
- (D) Luciana e Mônica, apenas.
- (E) Miriam, Luciana e Mônica.

64

Uma engenheira empregada da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) recebeu, em 2024, a tarefa de analisar a viabilidade de um novo projeto de energia. Para tanto, devidamente autorizada pelo empregador, realizava trabalho de campo em área rural nos finais de semana. Em um deles, sábado à tarde, enquanto estava colhendo dados e informações ambientais do local, foi emboscada por uma matilha de cães sem dono, sofrendo mordidas e arranhões dos animais. Felizmente foi acudida a tempo por um morador local.

Em razão do episódio, precisou se afastar por 13 (treze) dias do serviço para se recuperar física e psicologicamente do evento, bem como, tomar as medidas profiláticas necessárias, inclusive a administração de vacinas.

Diante da situação apresentada e dos termos da legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não se caracterizou acidente do trabalho porque a recuperação da empregada não excedeu 15 (quinze) dias e, assim, não há necessidade de emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT).
- (B) Por serem irracionais, o ataque de animais não caracteriza acidente do trabalho, ficando a cargo do empregador emitir, ou não, a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT).
- (C) O evento é caracterizado como acidente do trabalho e deve ser emitida a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) até o 1º dia útil seguinte ao da ocorrência.
- (D) O tempo de afastamento será pago pela empresa e a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) deve ser emitida imediatamente após a ocorrência.
- (E) O evento é um acidente do trabalho e a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) deve ser emitida em até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência.

65

Em uma sociedade empresária existem as seguintes situações:

- I. Sergio é estagiário no setor jurídico, na cota de pessoa com deficiência (PCD);
- II. Marina é a empregada que tem a idade mais avançada na sociedade empresária – atualmente, 63 anos completos;
- III. Gilberto é o empregado que adotou sozinho uma criança de 7 anos de idade;
- IV. Gerusa é empregada no setor fiscal e tem uma filha de 3 anos de idade; e
- V. Veronica é aprendiz e está alocada no setor de faturamento.

A sociedade empresária iniciou, em junho de 2024, de forma lenta e gradual, a implantação da modalidade de teletrabalho para ver se será benéfica. As atividades realizadas por Sergio, Marina, Gilberto, Gerusa e Veronica podem ser feitas por meio de teletrabalho sem qualquer prejuízo.

De acordo com a CLT, assinale a opção que indica a pessoa que, no sistema de teletrabalho, teve prioridade na alocação.

- (A) Marina.
- (B) Gerusa.
- (C) Veronica.
- (D) Sergio.
- (E) Gilberto.

66

Você, advogado concursado da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), defende a empresa em 3 causas.

No caso “A”, instalou-se conflito negativo de competência entre a 350ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e a 280ª Vara do Trabalho de Brasília, pois o ex-empregado havia trabalhado em ambos os locais.

Na causa “B”, um ocupante de cargo comissionado na EPE, sem vínculo efetivo com a administração pública, pretende o pagamento de diversas verbas, instalando-se conflito negativo de competência entre a 180ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e a 500ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Na causa “C”, instalou-se conflito negativo de competência entre a 99ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro e a 107ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro.

De acordo com as normas de regência, assinale a opção que apresenta os órgãos que decidirão os conflitos.

- (A) Todos os conflitos serão apreciados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- (B) O caso A será decidido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o caso B, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), e o caso C, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- (C) O caso C será decidido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o caso A, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), e o caso B, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- (D) Todos os conflitos serão apreciados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- (E) O caso B será decidido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o caso C, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), e o caso A, pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

67

A ação civil pública destina-se a proteger interesses difusos ou coletivos, buscando responsabilizar quem comete danos contra relevantes bens juridicamente tutelados. A Lei prevê quem possui legitimidade para o ajuizamento dessa demanda, entre os quais o Ministério Público.

Sobre o tema, assinale a opção que apresenta a situação em que a veiculação da ação civil pública, para buscar responsabilidade por danos morais ou patrimoniais, é expressamente **vedada**.

- (A) Proteção contra assédio moral organizacional.
- (B) Pretensão que envolva recolhimento do FGTS dos trabalhadores.
- (C) Cumprimento da cota legal de pessoas com deficiência ou reabilitadas.
- (D) Violação à dignidade de grupo religioso no trabalho.
- (E) Observância, pelo empregador, da quantidade de aprendizes.

68

Um empregado da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) se aposentou e afastou-se da empresa, ingressando posteriormente com reclamação trabalhista.

O pedido da reclamação foi julgado procedente em parte, com a condenação ao pagamento de apenas um dos itens reivindicados, a saber, multa do Art. 477 da CLT no valor de 1 (um) salário do ex-empregado.

O ex-empregador entendeu que a condenação era injusta e interpôs recurso ordinário. Juntou a guia das custas, devidamente pagas, ao recurso. O recurso teve o seguimento negado por deserção, sob o fundamento de ausência do depósito recursal.

Diante da situação apresentada e do entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- (A) Correta a decisão, pois a natureza jurídica do recorrente exige o depósito recursal.
- (B) Errada a decisão porque deveria ser concedido prazo de 5 (cinco) dias para o recolhimento do depósito recursal.
- (C) Por ser o recorrente uma empresa pública, fica dispensada do recolhimento do depósito recursal.
- (D) A EPE deve recolher apenas metade do depósito recursal, e para isso deveria ser concedido prazo para tal fim.
- (E) Para que o reclamado recorra na Justiça do Trabalho basta o recolhimento de custas, não se justificando que o recurso tenha o seguimento negado.

69

Maria, ocupante de emprego público no âmbito da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), analisou a minuta de um ajuste a ser celebrado com uma entidade internacional de natureza pública, no qual havia convergência de interesses e era previsto o repasse de recursos para a EPE.

Após analisar a Lei nº 10.847/2004, Maria concluiu corretamente que

- (A) é admissível a percepção de recursos a partir do ajuste a ser celebrado pela EPE.
- (B) não é possível o direcionamento de recursos para a EPE, mas, sim, para o Tesouro Nacional.
- (C) em razão de sua posição estratégica, a EPE não pode celebrar ajustes com entidade internacional de natureza pública.
- (D) a EPE somente pode ser aquinhoadada com recursos decorrentes da arrecadação tributária, não com recursos de terceiros.
- (E) os recursos de origem internacional, decorrentes do referido ajuste, devem ser direcionados à União, com posterior transferência para a EPE.

70

Pedro, que atua junto ao Ministério das Minas e Energia, recebeu diversos estudos direcionados ao aprimoramento da Política Energética Nacional.

Em um desses estudos eram apregoadas as medidas a seguir.

- I. Incentivar a geração de energia termoelétrica a partir da biomassa.
- II. Atrair investimentos para a rápida circulação de biocombustíveis, evitando a estocagem, de modo a reduzir o risco de acidentes ambientais.
- III. Diminuir a emissão de poluentes no setor de transportes.

À luz dos princípios e objetivos estabelecidos pela Lei nº 9.478/1997, Pedro concluiu que

- (A) apenas a medida I está correta.
- (B) apenas a medida II está correta.
- (C) apenas a medida III está correta.
- (D) apenas as medidas I e II estão corretas.
- (E) apenas as medidas II e III estão corretas.

Prova Discursiva

Determinada Lei do Estado *Gama*, de iniciativa parlamentar, previu a obrigatoriedade do fornecimento de certificado que informe a composição química de cada produto pelas refinarias e distribuidoras de combustíveis, devendo estar de acordo com os padrões internacionais de análise e atender às normas do órgão regulamentador.

Diante da publicação da referida Lei estadual, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética solicitou à sua assessoria jurídica a análise detalhada da norma para apresentá-la ao Ministério de Minas e Energia.

Considerando o exposto, elabore um parecer jurídico abordando, fundamentadamente, os seguintes aspectos:

- A) a constitucionalidade formal da norma;**
- B) a constitucionalidade material da norma;**
- C) a posição do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

Realização

